

# São Paulo lança plataforma para monitorar biodiversidade

Sistema digital centraliza dados de fauna, flora e áreas restauráveis para auxiliar projetos

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo, por meio da Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), lançou a plataforma digital "Monitora Bio SP", destinada a centralizar informações sobre biodiversidade e gestão ambiental em todas as Unidades de Conservação (UCs) estaduais. O sistema reúne dados estratégicos sobre fauna, flora, áreas restauráveis, recursos hídricos e estoques de carbono, oferecendo subsídios técnicos para projetos de conservação e investimentos privados. O acesso é aberto e gratuito pelo endereço: <https://plataforma.fflorestal.sp.gov.br/>.

A iniciativa integra mais de 30 mil registros de espécies dos biomas presentes no estado, como Mata Atlântica e Cerrado. Além disso, identifica cerca de 20 mil hectares passíveis de restauração, equivalente a aproximadamente 20 mil campos de futebol. Segundo a Fundação Florestal, a plataforma facilita a elaboração de projetos ambientais com maior rastreabilidade e impacto mensurável, aspectos cada vez mais exigidos por investidores e empresas.

"Monitora Bio SP inova a gestão das Unidades de Conservação, com base em inteligência de dados", afirma Rodrigo Levkovicz, diretor-executivo da Fundação Florestal. "O sistema oferece monitoramento preciso e transparência para a sociedade", acrescenta. A



A iniciativa reúne mais de 30 mil registros de ocorrências de espécies da fauna e da flora

plataforma combina informações de satélite e vistorias de campo, permitindo o acompanhamento contínuo da cobertura vegetal, identificação de áreas de desmatamento e seus motivos, e fornecendo suporte técnico para certificações ambientais.

O sistema também reúne dados sobre manguezais, áreas prioritárias para conservação e métricas ambientais, como carbono estoca-

do e integridade de habitats, o que possibilita mensurar a contribuição das UCs para a agenda climática. De acordo com especialistas, essa abordagem favorece o alinhamento de projetos privados com padrões internacionais de reporte de biodiversidade e clima.

O Monitora Bio SP também atua como ferramenta de integração entre setor público e iniciativa privada. Por meio de indicadores

geoespaciais, é possível direcionar recursos para áreas com maior potencial de retorno ambiental, aumentando a segurança jurídica e contribuindo para relatórios de ESG (Ambiental, Social e Governança).

Além disso, o sistema fornece subsídios para políticas públicas e pesquisa científica. Ele já apoiou, por exemplo, os planos de manejo dos Parques Estaduais do Rio

Turvo e Caverna do Diabo, no Mosaico Jacupiranga, no Vale do Ribeira, auxiliando na definição de zoneamentos e diretrizes de conservação. A plataforma permite análise de séries históricas, identificação de lacunas de proteção e desenvolvimento de projetos científicos.

A ferramenta também integra monitoramento de ambientes aquáticos, como rios e lagos, incorporando indicadores de qualidade ambiental e biodiversidade. Com isso, gestores podem acompanhar espécies sensíveis à conservação, como onça-parda, anta e bugio-ruivo, além de identificar locais prioritários para fiscalização e combate a incêndios florestais.

O sistema utiliza tecnologia Web Map, permitindo visualização interativa de dados geoespaciais diretamente no navegador. Pesquisadores, gestores e investidores podem cruzar diferentes camadas de informação de forma online e gratuita, ampliando o uso de dados para pesquisa, ecoturismo e planejamento ambiental.

A Fundação Florestal investiu cerca de R\$ 2,5 milhões na implantação do Monitora Bio SP, abrangendo gestão, capacitação e monitoramento em todas as Unidades de Conservação. Com a centralização de informações, a plataforma é considerada uma das mais completas do país, fortalecendo a gestão ambiental, a preservação da biodiversidade e a transparência.

## SP homologa PPP do Novo Centro Administrativo

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo, por meio das Secretarias de Parcerias em Investimentos (SPI) e de Projetos Estratégicos, homologou nesta sexta-feira (15) o processo licitatório da Parceria Público-Privada (PPP) do Novo Centro Administrativo Campos Elíseos. A homologação confirma oficialmente o resultado do leilão realizado em 26 de fevereiro na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que elegeu o consórcio MEZ-RZK Novo Centro como vencedor da concessão.

A homologação é a etapa administrativa em que o Estado analisa a regularidade do processo licitatório, garantindo que todas as exigências legais e formais foram cumpridas. Concluída essa fase, o projeto segue para a adjudicação, procedimento que formaliza o consórcio vencedor como responsável pela execução do empreendimento. Em seguida, será assinada a concessão entre o Estado e a empresa, estabelecendo responsabilidades, parâmetros de desempenho



Complexo reunirá órgãos estaduais na região central da capital

e mecanismos de fiscalização e acompanhamento. O secretário de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, ressaltou a importância dessas etapas. "Após a definição do vencedor, a homologação e a adjudicação são essenciais para assegurar a

segurança jurídica antes da assinatura do contrato", afirmou Guilherme.

O Novo Centro Administrativo Campos Elíseos integra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Estado, coordenado pela SPI, e envolve investimento es-

timado em R\$ 6 bilhões. O projeto segue diretrizes de governança adotadas pelo programa estadual de concessões, com foco em previsibilidade, estabilidade institucional e segurança jurídica na execução.

A Agência Reguladora de Ser-

viços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) ficará responsável pela fiscalização do contrato, acompanhando indicadores de desempenho e cumprimento das obrigações previstas na concessão.

O complexo reunirá aproximadamente 22 mil servidores atualmente distribuídos em cerca de 40 endereços na capital. A centralização das unidades administrativas deve reduzir custos operacionais e fortalecer a estratégia de requalificação do centro de São Paulo. Entre os objetivos do projeto estão a preservação do patrimônio histórico, a valorização urbana da região e o estímulo à ocupação qualificada do entorno.

Segundo o Governo, o empreendimento também deverá gerar efeitos indiretos na mobilidade, na economia local e na eficiência da administração pública estadual, consolidando o centro da cidade como polo de serviços e fortalecendo políticas urbanísticas voltadas à revitalização do espaço público.